



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.**

GEORGE SOARES

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:
UM ESTUDO DE CASO COM POLÍTICA COMPARADA NA
ESCOLA ESTADUAL JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ NO
MUNICÍPIO DE SUMÉ**

**SUMÉ-PB
2013**

GEORGE SOARES

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:

**UM ESTUDO DE CASO COM POLÍTICA COMPARADA NA ESCOLA
ESTADUAL JOSÉ GONÇALVES QUEIROZ NO MUNICÍPIO DE SUMÉ**

**Trabalho de Conclusão do Curso de
Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito ao título de Licenciado em Ciências
Sociais.**

Orientador: Professor Dr. José Maria da Nóbrega Júnior

**SUMÉ-PB
2013**

O48c Soares, George.

Políticas públicas em educação : Um estudo de caso com política comparada na Escola Estadual José Gonçalves de Queiroz no Município de Sumé.. / George Soares. – Sumé - PB: [s.n], 2013.

52 f.

Orientador: Prof. Dr. José Maria da Nóbrega Júnior .
Monografia (Graduação) – Universidade Federal de

Campina Grande.Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais .

1.Políticas públicas em educação. 2. Estudo de caso comparado. 3. Capacidade de investimeto. 4. Escola Estadual de Sumé – PB. 5. Política comparada – educação. I. Título.

CDU: 37(043.3)

GEORGE SOARES

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO:
**UM ESTUDO DE CASO COM POLÍTICA COMPARADA NA ESCOLA
ESTADUAL JOSÉ GONÇALVES QUEIROZ NO MUNICÍPIO DE SUMÉ**

APROVADO EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Maria Nóbrega Júnior
UFCG-Sumé-PB
(Orientador)

Profa. Dr. Kelly Cristina Costa Soares
UFCG-Sumé-PB
Examinadora Interna

Prof. Ms. . Robsom Fernandes Barbosa
UFCG
(Examinador Externo)

SUMÉ - PB

Dedico este longo esforço a Helena Soares, minha mãe, a qual esteve sempre ao meu lado sempre que ainda faltam condições mínimas para continuar com meus estudos. Agradeço-te sabendo ser impagável.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador Dr José Maria Nóbrega Junior e ao co-orientador Paulo Diniz. A toda a minha família e em especial as tias Maria de Lurdes Silva e Nininha, as quais sempre me deram auxílio quando necessário, ao passo que me incentivavam e apontavam a direção a uma vida de esforços e conquistas. Agradeço a Cesar Patrício, jovem Diretor do IBGE SUMÉPB pelo exemplo de homem e de bondade o qual nunca poupou esforços quando precisei de seu conhecimento, abraço forte a todos, essas pessoas são exemplos pessoais de dignidade e sensibilidade.

“Cada individuo apresenta-se como um centro de uma rede de relações diversificadas. Se nada existe para preencher essas relações, a cidade perde capacidades” Aristóteles In Política.

RESUMO

Esta monografia tem como foco o debate sobre Políticas Públicas Educacionais e a Juventude como categoria social de direitos. Expõe alguns descompassos na construção do sistema nacional da educação Brasileira. Enfatizando através do método de estudo de caso com política comparada, há ausência e a má formatação de políticas públicas, especialmente no Nordeste. Elabora-se reflexão sobre políticas públicas que perpassa do nível nacional, regional e chega finalmente ao local, no âmbito da escola Estadual de Sumé, nosso objeto do estudo de caso. Parte-se primeiramente da investigação sobre a dinâmica de investimentos e de implementação de políticas públicas. A análise se concentra entre nos dados gerais da educação nacional e na instância institucional da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz em SUMÉ-PB. A comparação entre os desempenhos do IDEB (Índice de Desenvolvimento da educação Básica) com a Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Melquíades Vilar, além dos programas e verbas educacionais pautam a reflexão sobre as condições básicas como amostra das escolas do cariri. Dentre os objetivos específicos, 1 – analisar de os investimentos na educação pública em âmbito local tem refletido na ampliação de oportunidades, 2 – apontar a partir da análise de documentos oficiais, qual o volume e a frequência dos investimentos e 3 – identificar os problemas relacionados as condições estruturais. Assim problematiza-se desde a distorção do Modelo Fiscal, a arrecadação e a distribuição desigual de receita fiscal entre a União, os Estados e Municípios. Fato condicionante de Estados e Municípios enquanto instituições subnacionais insuficientes na formulação e implementação de Políticas Públicas. Traz-se ao centro do debate a evidência da baixa atividade econômica e a desindustrialização, a baixa capacidade de receita do Nordeste, como elemento que indiretamente perpetua a incapacidade de fomentar políticas públicas. Estes, o estudo de caso e o debate proposto, articulam um dialogo entre a estrutura do sistema educacional nacional ao local, focando a análise na Escola José Gonçalves de Queiroz no município de Sumé-PB com dados comparados com a Escola Estadual Melquiades Vilar Taperoá-PB. Faz-se breve diagnostico das políticas educacionais a nível nacional, regional e centraliza nas problemáticas locais, estado da Paraíba referente aos dados das Escolas Estaduais. É neste cenário que se fundamenta a necessidade da entrada do Brasil na economia do conhecimento. Debatendo a massificação da pesquisa para geração de inovação, como alternativa de democratização da produção do conhecimento e renovação do papel da escola como mecanismo de inclusão social e econômica dos jovens.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Educação, Estudo de Caso Comparado, Capacidade de Investimentos.

ABSTRACT

This end-of-course paper focuses on the debate about Educational Public Policies and the Youth as social categories of rights. It exposes some mismatches in the construction of the Brazilian National System of Education. It emphasizes through a comparative case study methodology the absence and poor formatting of public policies, especially in the Northeast of Brazil. It elaborates reflection on public policies from the national to regional, until it reaches local scope, on a state school in Sumé, the object of this research case study. It starts first from the study on dynamics of investments and implementation of public policies. The analysis focuses on general data of national education and the institutional instance of the State School Professor José Gonçalves de Queiroz in Sume-PB. The comparison between the performances of IDEB (Basic Education Development Index) and the State School of Elementary and high education Melquiades Vilar, in addition to educational programs and funds guided the reflection on basic conditions as a sample of the schools from cariri. Among the specific goals are: 1 - analyze how investments in public education at the local level has reflected in the expansion of opportunities, 2 - point out from the analysis of official documents, the amount and frequency of investments and 3 - identify problems related to structural conditions. So, it is problematized since the distortion of the Model Tax the unequal collection and distribution of revenue among the Union, the states and municipalities. It is a conditioning factor of states and municipalities as insufficient subnational institutions in formulating and implementing public policies. It is brought into focus the evidence of low economic activity, deindustrialization and the lowincome capacity of the Northeast as an element that indirectly perpetuates the inability to foster public policies. These aspects, the case study and the proposed debate articulate a dialogue between the structure of the national education system to the local situation, focusing the analysis on the state school José Gonçalves in the municipality of Sumé-PB. This paper makes a brief diagnosis of educational policies at nationwide, regional and centralizes to the state of Paraíba to the state school Jose Gonçalves de Queiroz. It in this scenario that it is emphasized the need for Brazil's entry into the knowledge economy debating the massification of research to develop innovation, as an alternative of democratization of knowledge production and renovation of the school's role as a mechanism of social and economic inclusion of young people.

KEYWORDS: Public Policies, Education, Comparative Case Study

SOARES, G. **Public Policies in Education, Comparative Case Study**. 07/2013. 46 f.
Endofcourse paper. Federal University of Campina Grande/ Sustainable Development Center of Semiarid.

LISTA DE TABELAS

Gráfico 1 – Representação da Distorção do Modelo Fiscal. Pág. 14.

Gráfico 2 - Quadro geral da educação no Brasil. Pág. 18.

Gráfico 3 - Percentual de Jovens no Ensino Superior no Brasil em Comparação com Outros Países. Pág 19.

Gráfico 4 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos Brasil e grandes Regiões pág. 22.

Gráfico 5 - Transferências Federais na Função Educação em série de 2004 a março de 2013. Pág 34.

Tabela 1 - Despesas da Secretaria de Estado da Paraíba Declaradas no Setor da Educação ate Julho de 2013. Pág 23.

Tabela 2 - IDEB da 8º série da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz Pág 24.

Tabela 3 – Distribuição das transferências em bilhões por sub-função na educação em 2012. Pág 35.

Gráfico 5 - Transferências Federais por Subárea. Pág 36.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CAQI - Custo Aluno Qualidade Inicial

EBRAP - Escola Brasileira de Professores

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação **FGV** - Fundação Getúlio Vargas

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OD – Orçamento Democrático

PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador

PRC - Plano de Reestruturação Curricular

PPP - Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO 1 - <i>DISTORÇÕES NO MODELO DE COLABORAÇÃO</i>	13
CAPITULO 2 - RAZÕES SOCIAIS DA PESQUISA.....	18
CAPITULO 3 - DELIMITAÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA.....	22
CAPITULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
CAPITULO 5 - REVISÕES DE LITERATURA (P.PÚBLICAS).....	30
CAPITULO 6 - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	34
CAPITULO 7 - ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS GERAIS.....	35
CAPITULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

ANEXOS E APENDICES

APENDICE A Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

APENDICE B Instrumento de Coleta de Dados.

ANEXO A Roteiro de Entrevista.

ANEXO B Formulário de Categoria

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

INTRODUÇÃO

Ciente da impossibilidade de esgotar o objeto de pesquisa, a monografia apresentada tem como objetivo pesquisar políticas públicas já em andamento na área de educação na rede estadual do município de Sumé. Pesquisar políticas que influenciam atualmente na reconfiguração do sistema de educação e das condições de ensino aprendizagem na educação pública Estadual.

Objetiva-se elaborar de modo descritivo um diagnóstico do quadro atual, por meio de estudo de caso da escola Estadual de Ensino Fundamental Prof; José Gonçalves de Queiroz SUMÉ-PB. Observando as transformações no padrão educacional, adequado a um projeto de desenvolvimento nacional e de inclusão do Brasil na competitividade mundial pela economia do conhecimento. Conceituar-se-á economia do conhecimento nos próximos parágrafos após a definição de Políticas Públicas. Uma Política Pública surge de um problema de ordem coletiva, de um problema amplamente compartilhado na sociedade, diz-se, um problema vivido por diferentes estratos sociais. Porém, a política pública se configura como (uma ação institucional) ou governamental voltada para resolver este problema coletivo, dito Público. O principal canal de estruturação de políticas públicas são as instituições de representação política da sociedade civil.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Sobre o quadro nacional da educação atualmente temos quase 51 milhões de alunos que frequentam os mais de 194 mil estabelecimentos públicos e privados de educação básica no Brasil com mais de 2 milhões de professores.

As dificuldades não se resumem à baixa assimilação do conteúdo pelos estudantes. A infraestrutura deficiente da maioria das escolas foi atestada pelo senso escolar, nos dados de 2011, mostrou-se, por exemplo, que ainda havia 8.974 escolas sem banheiro no país, 15 milhões de alunos frequentando colégios sem bibliotecas e 27 milhões de crianças e adolescentes sem acesso a laboratório de ciências nas unidades escolares (SENADO FEDERAL, 2013 pg 24).

A pesquisa objetiva de modo geral, num primeiro momento, investigar a dinâmica de implementação de políticas públicas em educação na escola estadual no município de SUMÉPB. Centrando-se especificamente em, analisar se investimentos na educação pública em âmbito local tem refletido na ampliação de oportunidades de formação profissional e apontar a partir da análise de documentos oficiais, qual o volume e frequência dos investimentos. Identificar os

problemas relacionados às condições estruturais de ensino aprendizagem a partir dos atuais investimentos na educação básica. A seguir as características e objetos do levantamento de dados.

O Levantamento dos dados segundo (LAKATOS, 2010, pág. 142). São de dois tipos principais:

- A) **Fontes Primárias** – dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiográficos); correspondência pública ou privada etc.

- B) **Fontes Secundárias** – imprensa em geral e obras literárias.

Esta monografia se encontra estruturada em 7 capítulos. Entre estes Capítulo 1 - A distorção do modelo fiscal de colaboração. Capítulo 2 - razão social e justificativa da pesquisa. Capítulo 3 - delimitações do objeto. Capítulo 4 - procedimentos metodológicos. Capítulo 5 - revisão de literatura e Capítulo 6 - os resultados gerais da pesquisa e a análise dos dados recolhidos. No percurso deste trabalho de mais de um ano, pauta-se a problematização dos dados estatísticos, como também, a percepção social de atores institucionais, confrontando com a realidade denunciada pelos próprios dados.

Procuramos identificar as contradições e os impactos do sistema educacional brasileiro. No geral, destaca-se atualmente a tendência de valorização do espaço escolar. Entretanto, foi diagnosticado o baixo potencial da escola em imprimir mudanças em sua estrutura, levando em consideração a baixa capacidade de recursos, eficácia em aplicar os mínimos recursos de forma eficientemente planejada, em consonância com sua própria realidade de obstáculos. Como também o potencial da escola melhorar o desempenho e o engajamento com a comunidade. Boa leitura.

CAPITULO 1 - DISTORÇÃO NO MODELO DE COLABORAÇÃO

A qualidade educacional é um conceito complexo, que pressupõe parâmetros comparativos para o que se julga uma boa ou má qualidade nos fenômenos sociais. A qualidade e seus parâmetros integram sempre o sistema de valores da sociedade, sofrem variações de acordo

com cada momento histórico, de acordo com as circunstâncias temporais e espaciais (CONAE, 2014).

Sem esquecer que o conceito de qualidade é histórico e dinâmico. Na medida em que se atingem padrões básicos, vão sendo incluídos novos parâmetros. Equaciona-se o gasto por quantidade de alunos e a real necessidade de políticas públicas, calcula-se o custo de qualidade por aluno, por meio do índice CAQI a partir do padrão mínimo de qualidade. Um dos critérios da avaliação é a promoção de uma educação estruturada com patamar mínimo qualidade e de investimento por aluno.

Nesta equação são indispensáveis desde insumos, remuneração digna de profissionais, números de alunos por turma, equipamentos e materiais didáticos. O Custo Aluno Qualidade Inicial aponta quanto deve ser investido por estudante de cada etapa da educação básica para que o Brasil comece a oferecer uma educação com patamar mínimo de qualidade. Apesar das bases do custo aluno qualidade estar previstas na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, nas leis do FUNDEF e do FUNDEB bem como, no Plano Nacional de Educação, tal instrumento nunca se efetivou na prática em todo território nacional.

Este estudo de caso com política comparada visa investigar as necessidades de a Escola contemporânea redefinir seu papel e suas condições estruturais, em projeto de sociedade com oportunidades de acordo com a demanda real de jovens. Uma estratégia de desenvolvimento econômico atual necessita passar pela reserva da Economia do Conhecimento, responsável direto pela Inovação Tecnológica e pautado pela nova matriz econômica mundial de reserva de conhecimento. A globalização da economia e do conhecimento, da informação, de modo geral da cidadania, são parâmetros que elevaram a escola a um papel mais centralizado, prioritário e imprescindível. Estes princípios são atualmente determinantes no mundo da inovação, comunicação e tecnologia. O novo paradigma enfatiza a economia mundial, amplia as dimensões da cultura, da economia, situadas agora no contato global e na intensificação da importância do conhecimento no campo da inovação.

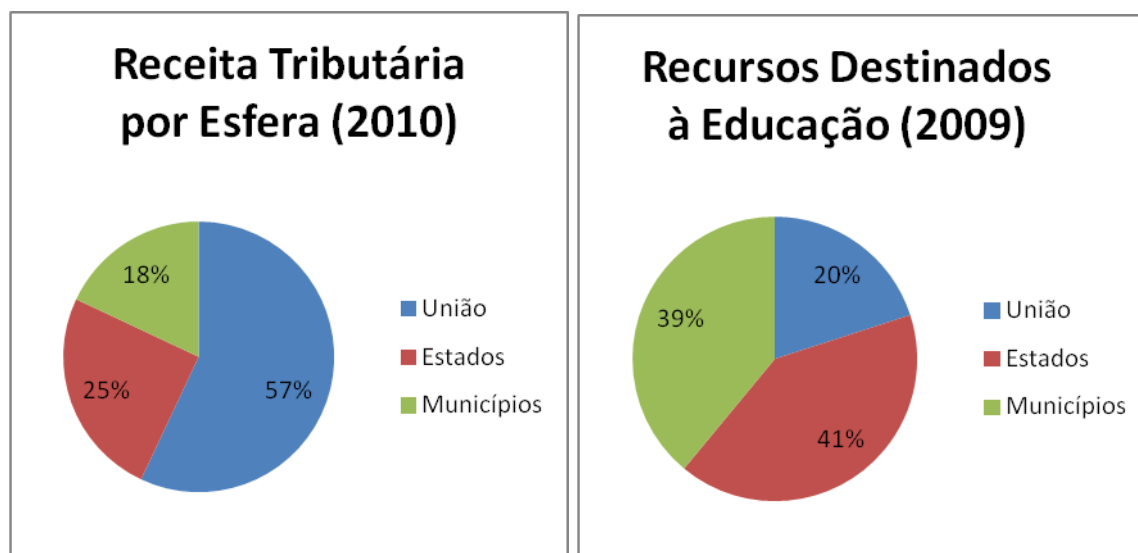
A reestruturação do ensino e da educação do professor nas reformas educacionais contemporâneas pode ser compreendida como a revisão de uma nova cidadania com as habilidades relevantes para uma economia global e, ao mesmo tempo, como práticas capazes de produzir uma sociedade mais inclusiva e, assim, mais igual. (POPKEWITZ, 2004, pág. 113).

Entretanto, na medida em que foi ampliada a inclusão e a universalização do ensino básico, como dever do estado, e direito das crianças, e mesmo com aumento no percentual de investimento, o diagnóstico ainda figura entre, má gestão, falta de planejamento, de excelência e

de condições inadequadas de ensino aprendizagem em todo o Brasil. Sendo o caso mais gritante de desigualdade registrado no Nordeste, onde a baixa atividade econômica e a desindustrialização refletem diretamente na capacidade mínima de retenção de receita. Por conseguinte condicionando a ausência de estruturação de políticas públicas com padrão de qualidade. Apresentando baixos resultados em termos de eficácia e eficiência.

Estudos apresentados na revista do Senado Federal Brasileiro demonstraram que a atual escola não consegue neutralizar a origem e ofertar condições iguais de ensino para as crianças e jovens de diferentes estratos sociais, tendendo na realidade a reproduzir contextos de desigualdades. Mesmo com o aumento das transferências federais para os Estados, persiste uma desigualdade que reside fundamentalmente na distorção do Modelo Fiscal. Na tabela abaixo fica evidenciada a distorção no modelo fiscal adotado desde 1965, o qual centraliza na União mais de 57% da arrecadação da receita tributária. Contudo a União destinou para Educação em 2009, não mais do que 20% enquanto Estados 41% e Municípios 39% de seus respectivos orçamentos oriundos da divisão do bolo fiscal. Veja abaixo.

Gráfico 1 – Representação da Distorção do Modelo Fiscal



Fonte: Apresentação do coordenador-geral da CNDE, Daniel Cara, em audiência no senado e publicado em fevereiro de 2013 na revista (EM DISCUSSÃO, 2013).

Como apontado pelo diagnóstico de (ARRETCHE, 2012) no livro Democracia Federalismo e Centralização no Brasil, a União tem extensas prerrogativas legislativas, grande capacidade regulatória e controle sobre a alocação de recursos. De outra forma, a Constituição

de 1988 centralizou a autoridade regulatória na União, que definiu as normas e prerrogativas de arrecadação, com limitadas oportunidades institucionais de veto aos governos subnacionais.

Determinando quem regula sem restrições e quem apenas executa.

Como visto no gráfico - 1 acima. A União apesar de arrecadar mais, é quem menos contribui. Os dados são expressivos quanto ao nível de distorção entre investimentos e arrecadação na educação. A União fica com 57% do total arrecadado no país (25% com os estados e 18% com os municípios) observa-se ainda que os repasses oscilam de acordo com a conjuntura econômica, sem a delimitação do mínimo a ser investido para garantia de padrão mínimo de qualidade.

Contudo a União apesar de arrecadar mais contribui com apenas 20% dos gastos em educação. Na oferta de vagas, a distorção se confirma: os municípios possuem 23 milhões de matriculados na educação básica, enquanto os estados têm quase 19 milhões e a União, pouco mais de 150 mil.

Não se estabeleceram condições satisfatórias para uma eficiente gestão das políticas públicas [...] que fosse assegurado um princípio federativo para assegurar a todo cidadão, independente de onde nasceu e de onde vive condições equivalentes de possibilidades de ascensão social, ou seja, a isonomia de oportunidades. Resumiu o professor Fernando Antônio Rezende Silva, da escola de administração Pública e de Empresas da FGV (SENADO FEDERAL, 2013).

Desigualdades começam com tributos e continuam na educação. Entre as regiões brasileiras, o Nordeste é o estado que está mais longe de atingir o valor estipulado pelo Custo Aluno-Qualidade Inicial. A propósito dos investimentos Brasileiros, Guimar Namó de Mello, diretora da escola Brasileira de Professores (Ebrap), adverte que, como a maior parte dos recursos são centralizados pela União, o ensino superior é privilegiado, em detrimento dos demais: a média do custo/aluno no ensino superior, na OCDE é de US\$ 14 mil e a do Brasil é de R\$ 12 mil reais. Não está distante, só que a média de custo/aluno do ensino fundamental nesses países é de US\$ 6 mil a US\$ 8 mil reais e a média do Brasil por ano é de R\$ 2,5 mil reais.

A cooperação entre os entes ainda não assumiu a dimensão necessária para a oferta equânime de serviços educacionais de qualidade. Como consta na constituição Federal de 1988 Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o

Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Contudo os índices definidos na constituição são baixos para as demandas reais e necessárias. De acordo com a constituição, o Federalismo é um Pacto entre entidades

governamentais com reponsabilidades e orçamentos partilhados, cumprindo a função supletiva e redistributiva da União, função esta que visa extinguir desigualdades econômicas e geográficas. Frente às novas políticas públicas adotadas, haja vista a Prova Brasil¹, é notória o pouco aprimoramento das condições estruturais da escola que atualmente se vê superlotada com presença desinteressada da maioria dos estudantes. “A reforma do estado e do individuo constitui um mesmo projeto social” (POPKEWITZ, 2004).

O debate sobre reforma do estado e federalismo na educação brasileira é, sobretudo, um debate que permeia basicamente 4 questões, 1º - divisão de responsabilidades entre instancias governamentais, 2º - Modelo Fiscal no tocante a arrecadação e distribuição de recursos, 3º - Sobre a Infraestrutura precária dos centros educacionais e 4º Incapacidade de instituições subnacionais ofertarem políticas públicas com padrão mínimo de qualidade. Diante do exposto, buscamos entender o grau quantitativo de investimentos na Escola Prof. José Gonçalves de Queiroz, observando índices que mensurem o desempenho da escola como o IDEB.

Segundo (EVANGELISTA, 2012) Responder ao desafio de garantir o direito à educação a toda população em idade escolar e àqueles que foram excluídos do sistema educacional, exige um sistema nacional de educação que considere a diversidade de condições socioeconômicas no país, de forma a encaminhar para a superação dos inaceitáveis índices de exclusão educacional, tendo consciência de que essa realidade é resultado de exclusões mais amplas, de fundo econômico, político, social e cultural.

A reflexão sobre a qualificação e aperfeiçoamento da infraestrutura das políticas públicas educacionais, aparece como fundamental e estratégico para gestão de oportunidades de desenvolvimento da economia nacional. No triangulo do domínio da ciência, pesquisa e inovação a economia do conhecimento é uma espécie de novo capital reservado, responsável pelo desenvolvimento econômico através da inovação e tecnologia por meio de incentivo a pesquisa.

Sabendo não ser possível o domínio da pesquisa sem educação, mais que um desafio pontual, a entrada do Brasil na economia do conhecimento implica empenho em um setor básico, apontado como uma das maiores dívidas sociais do país: a educação. A distribuição injusta aponta para a Federalização como uma alternativa a criação do sistema nacional de ensino. Um melhor regime de colaboração que permita inserir insumos e dotar de infraestrutura adequada ao desempenho esperado das escolas básicas que promova justiça social.

¹ A Prova Brasil é uma avaliação para diagnostico, têm por objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional Brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

O federalismo na área educacional teria como um dos seus suportes a atuação da União para garantir a equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade, por meio da sua função redistributiva e supletiva. A função redistributiva irá desembocar no estabelecimento de uma política de fundos complementados por recursos federais. A função supletiva é operacionalizada por programas federais, sejam aqueles de incidência direta nas escolas, sejam aqueles que necessitam de convencimento com os entes federados subnacionais. (ARAÚJO, 2012).

Medidas que devem estar em consonância com o Plano de Desenvolvimento Regional e Nacional, começando com os casos mais emergentes da região Norte e Nordeste com fortes índices de exclusão educacional e econômica em relação ao próprio país. Partindo do contexto geral em que se enquadra o sistema educacional e a realidade Brasileira, analisaremos, por meio do estudo de caso, com política comparada, o impacto das Políticas Públicas implementadas em âmbito local comparando com aspectos macros, Brasil e Nordeste e micro Paraíba e Sumé.

CAPITULO 2 - RAZÕES SOCIAIS DA PESQUISA

Compreendendo que educação cumpre o papel de propulsora de mobilidade social e de arrefecimento das desigualdades quando da oferta de oportunidades igual entre a diversidade cultural e socioeconômica no contexto escolar. Justifica-se a escolha do objeto por uma inclinação do autor na problematização da realidade no tocante a geração de oportunidades para jovens na era da sociedade intensiva de conhecimento, sociedade da informação, do conhecimento técnico e da razão instrumental. A qualificação, nesta época de um acelerado desenvolvimento material, tem como contraponto um baixo desenvolvimento humano, numa era de reconhecida competitividade global.

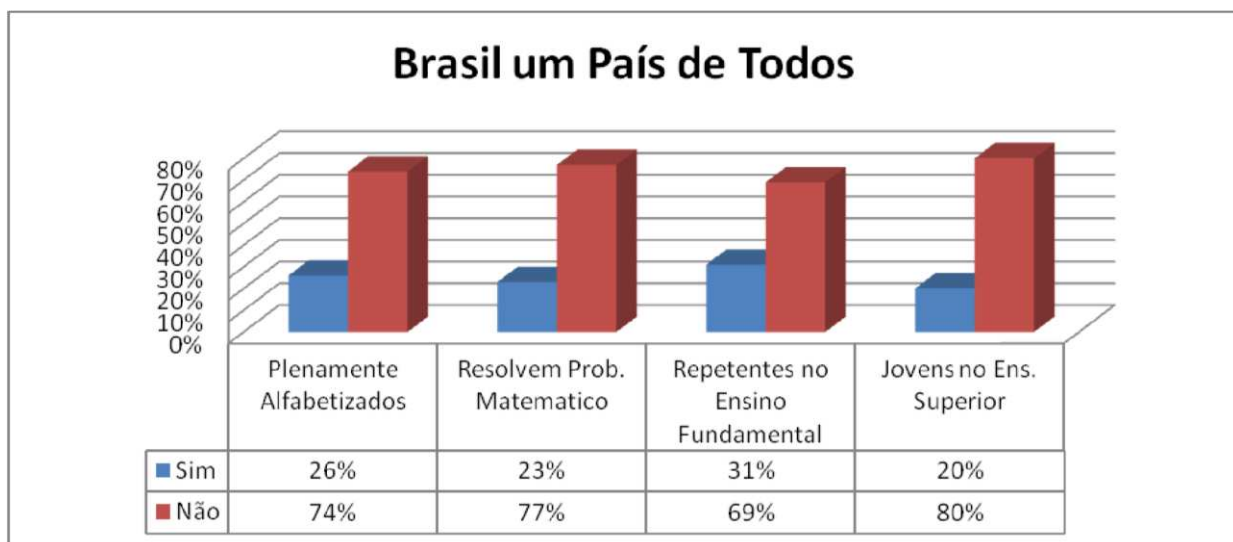
A revolução tecnológica tendo a inovação como elemento propulsor de um novo perfil de mercado mundial, é reconhecida como terceira revolução industrial ou revolução tecnocientífica, a saber, “novo sistema capitalista” no qual o desenvolvimento permanente só é possível com o dialogo constante entre educação, pesquisa e inovação. Neste modelo de desenvolvimento a formação profissional deve estar articulada com o desenvolvimento nacional e afinada com o mercado da inovação. Luiz Antônio Elias afirma na revista de audiências publicas do senado setembro de 2012, a qual especificamente debate a inovação “A inovação não se faz sem ciência e ciência não se faz sem educação”.

Justifica-se este trabalho pela aproximação com os aspectos políticos da realidade que afetem os indivíduos enquanto cidadãos que ocupam na sociedade, papéis e posições sociais com necessidades distintas políticas públicas de inclusão principalmente dos jovens. Justificase ainda, pela procura de parâmetros de políticas públicas que adotem a dignidade e a sustentabilidade econômica da condição humana e de suas oportunidades. Tema este identificado pelo autor como fundamental, visando estruturas de Políticas Públicas para categorias sociais desassistidas. Nas citações e gráficos abaixo realçamos a importância da dimensão Educacional para o desenvolvimento econômico numa época de competitividade internacional, em que a qualificação profissional é determinante para o futuro das oportunidades dos jovens como futuros cidadãos.

Enquanto os países de ponta chegam perto da clonagem humana, nós ainda não conseguimos alfabetizar nossas crianças. Não é exagero, infelizmente. O ultimo levantamento do Inaf (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional realizado pelo instituto Paulo Montenegro) mostrou que apenas 26% da população brasileira de 15 a 64 anos é plenamente alfabetizada. (IOCHPE, 2012, 23).

De acordo com o relatório da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014, 41) O atual modelo de produção e consumo nas sociedades capitalistas deve ser repensado, por meio da integração entre os diversos atores sociais – setores empresariais, governo, sociedades científicas, sociedade civil etc. – visando à construção de novos padrões societários. Repensar o modelo societário e o padrão de consumo das sociedades contemporâneas sem a inclusão dos jovens de forma qualificada deixa duvidas quanto a resultados práticos para a sustentabilidade social e econômica.

Gráfico 2 - Quadro Geral da Educação no Brasil



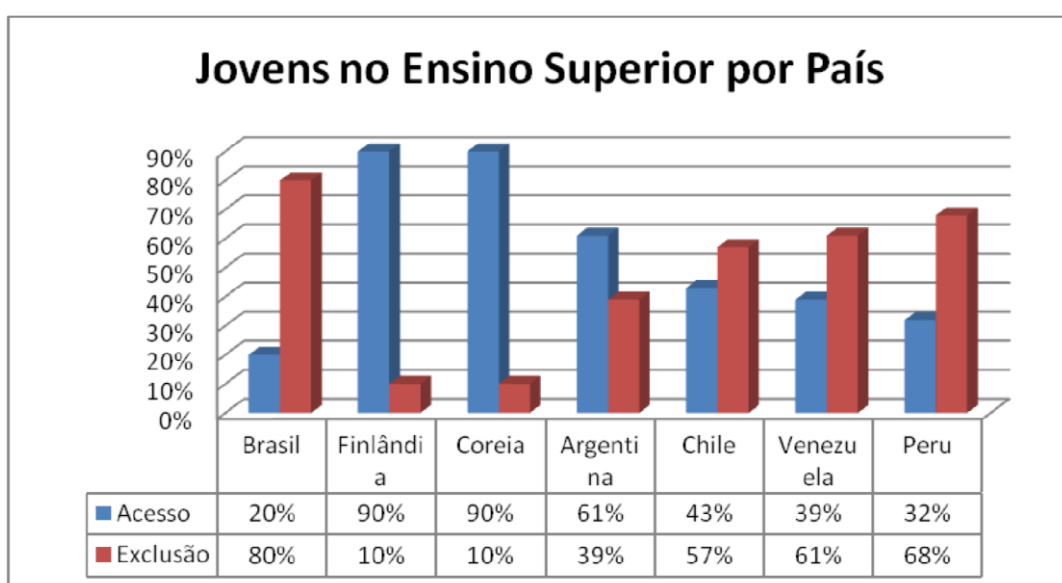
Fonte: (IOCHPE, 2012).

O gráfico facilita a construção de um diagnóstico imagético da situação a qual se insere o sistema educacional brasileiro. Como realçado acima 74% de nossa população não é plenamente alfabetizada e apenas 23% conseguem resolver um problema matemático, como agravante 80% dos nossos jovens não tem acesso ao ensino superior por ausência de oferta de Políticas Públicas de acordo com a demanda das necessidades.

O diagnóstico preliminar com esses baixos números relacionados à alfabetização, a oportunidades e o limitado acesso ao ensino superior e profissional, denunciam uma fratura grave no sistema nacional de educação. A ausência de estruturas de Políticas Públicas melhor equacionadas a demanda social, relega grande parte da juventude e sociedade a exclusão ao direito de acesso a escola e a isonomia de oportunidades.

Todo o acúmulo de erros e descaso da nossa educação culmina em um sistema de ensino raquítico, para muito poucos. Enquanto nossa taxa de matrículas nesse nível patina em 20%, ela já bate na casa dos 90% em países como Coreia e Finlândia, está acima dos 60% em vários países europeus e mesmo entre os nossos vizinhos já está algumas ordens de grandeza mais adiante: 61% na Argentina, 43% no Chile, 39% na Venezuela, 32% no Peru (!) (IOCHPE, 2012, 26). Veja a representação destes dados no gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Percentual de Jovens no Ensino Superior no Brasil em Comparação com Outros Países.



Fonte: (IOCHEPE, 2012).

O gráfico acima evidencia uma carência estrutural de Políticas Públicas no ensino superior em comparação com outros países. Embora a ênfase aponte como urgente políticas para educação básica. Entre os setes países o Brasil situa-se com os menores índices de acesso e os maiores de exclusão. Sobre educação pobreza e política (DEMO, 2011) afirma

Toda via na escola não enfrentamos diretamente a pobreza material, porque não é o espaço adequado, por mais que se distribua merenda, já que não passa de assistência. Na escola é possível enfrentar a pobreza política, com vistas a conceber e a realizar instrumentação conveniente da cidadania popular. Aí coloca-se, plenamente, a concepção hoje corrente de *educação política* (Buffa, 1987; Saviani, 1987, citado por DEMO, 2011).

Sem descartar a importância da emancipação econômica, frisa-se a cima, a função mais próxima da escola, a qual seria exercer seu papel na diminuição da pobreza política. Apontando como meio direto para atingir este objetivo, a pesquisa como ferramenta de democratização da produção do conhecimento, pela massificação da pesquisa. Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação. Não só para ter, sobretudo para ser, é mister saber (DEMO, 2011). Neste caso, incluímos a juventude como categoria social de direitos, ampliar as oportunidades de toda uma juventude sem tutela. Por meio de Políticas Públicas inclusivas de qualificação e de distribuição de renda que incentivem, além do direcionamento vocacional e profissional de modo continuado, realcem também o caminho para o domínio da pesquisa, do planejamento e da inovação. Políticas Públicas têm por objetivo suprir algumas necessidades públicas difundidas socialmente, de acordo com as necessidades de auxílio social ao desenvolvimento humano. O caminho da pesquisa aparece como ferramenta indispensável à produção do conhecimento, a romper com a pobreza política, com engajamento social do jovem e sua emancipação.

CAPITULO 3 - DELIMITAÇÕES DO OBJETO DE PESQUISA

Após a globalização da economia com as empresas supranacionais, e da cultura pelos meios de comunicação de massa, uma porcentagem grande das nações do ocidente vem aumentando as reflexões sobre produção de conhecimento e produção de tecnologias pelo canal da pesquisa e inovação. Essas transformações no padrão comercial afetam sem medida a ordem da escola tradicional na busca por montar estratégias de formação humana baseada na capacitação constante de novas competências e habilidades.

O novo paradigma da globalização do conhecimento, acaba por centralizar a importância do papel escolar na formação prática do sujeito na era da razão instrumental. As tecnologias figuram como produto do conhecimento, numa era reconhecida como de conexão planetária.

Realçando a relevância da educação que objetive a autonomia na produção do conhecimento, para participação comunitária e formação do cidadão global, visando à construção de um mundo sustentável, ecológico e economicamente. Uma das requisições da época a escola, é à reformulação desta sendo (re)pensada, (re)inventada e reciclada para estar em harmonia com o novo paradigma do conhecimento e da informação, em consonância com as transformações frequentes da realidade na modernidade tardia, como é especificamente o caso brasileiro, caracterizado pela modernização reflexiva ainda em processo sobre a égide da modernidade tardia (GIDDENS, 1997).

No contexto da modernidade tardia a busca dos indivíduos por fontes de segurança, destaca-se o conhecimento científico que gradativamente vem substituindo a tradição como alternativa de explicação. O debate sobre o papel e função da escola nesta nova era é imprescindível para traçar diretrizes e oportunidades de “desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (CARDOSO, 2007). Surge a clara necessidade de redefinir o papel da educação pública nesta nova era do respeito à diversidade, aos limites da natureza, as individualidades e ao sujeito como autônomo construtor de conhecimentos sobre a realidade, e não um mero reprodutor de teorias ultrapassadas.

Uma vez entendida a atual situação da problemática educacional no quadro geral de exclusão de oportunidades aos jovens, fica fundamentada a necessidade social de reconfiguração da política escolar, ou mesmo a superação dessa realidade escolar. Para a nova sociedade pósindustrial em que o conhecimento passa a fundamentar constantemente a pesquisa, o aprimoramento contínuo do conhecimento gerando aperfeiçoamento; humano, tecnológico, cultural e econômico em escala global.

Faz-se necessário uma pedagogia que conduza o ensino, aprendizagem e formação do sujeito no domínio da pesquisa. Para a geração de inovação, com preparação de habilidades e competências do conhecimento útil à incorporação de papéis e posições sociais. Aristóteles In

Política “Cada individuo apresenta-se como um centro de uma rede de relações diversificadas. Se nada existe para preencher essas relações, a cidade perde capacidades”.

As reflexões pautam-se pela compreensão de que a escola que melhor prepara o jovem para o futuro da sociedade, é sem dúvida, a escola que desde o presente momento, já dialoga com os

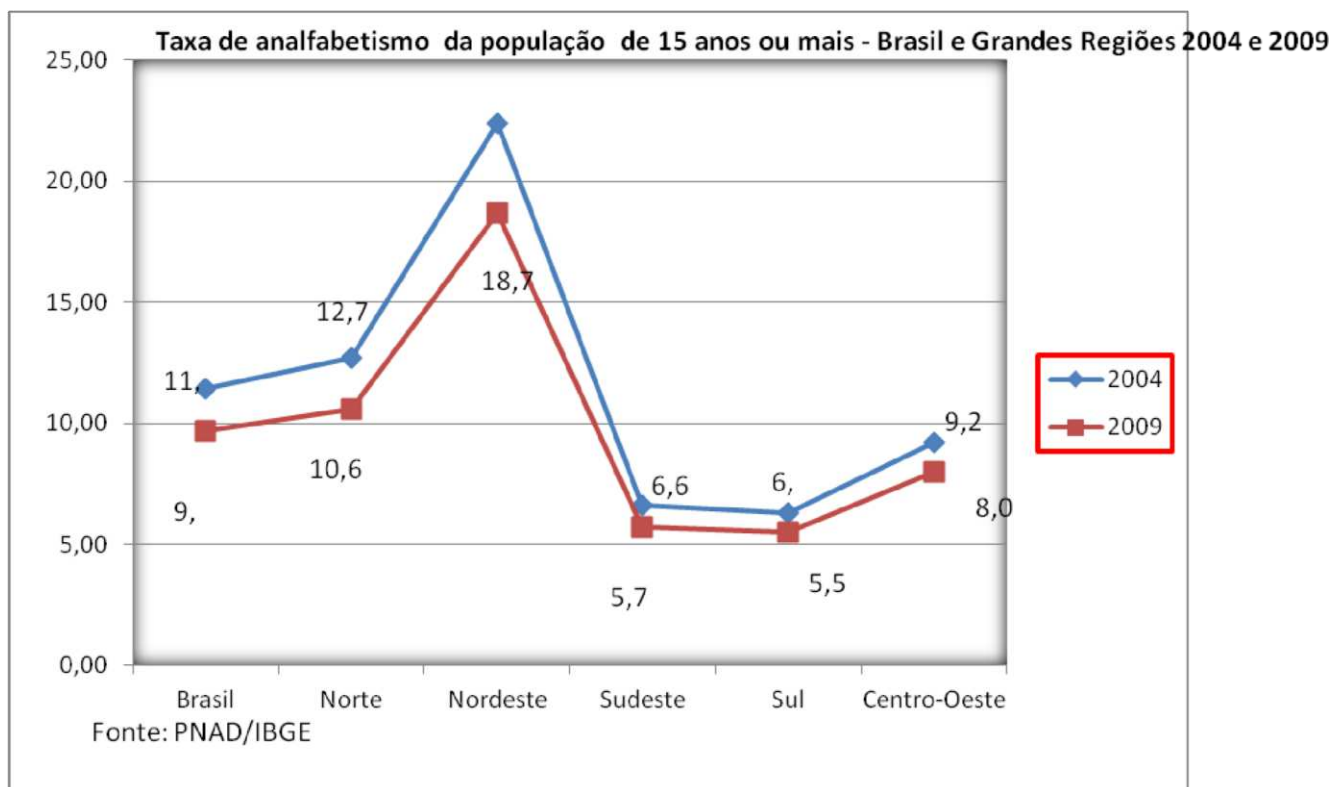
jovens, com suas comunidades, debatendo com os jovens sua comunidade, e as questões de sua realidade político social. Incentiva projetos de contato dos jovens com as atividades voluntárias e de pesquisa. Motiva compreender a realidade social brasileira e aplicar soluções baseadas na inclusão e respeito à diferença e a dignidade humana por meios de projetos desenvolvidos no núcleo escolar. Não podendo ignorar a realidade exterior a escola, circunscrita na comunidade a qual esta inserida a escola e a população que atende.

Segundo dados da Munic. 2009, 56,9% dos municípios não possuem secretárias exclusivas de ensino e 47,9 % não possuem sistema próprio sendo vinculado ao sistema do estado. 21% sequer possuem um Conselho Municipal de Educação (CME) e 44% declaram não possuir Plano Municipal de Educação. Dados do IDHM de julho de 2013 relativos ao Norte e Nordeste demonstraram que mais de 90% destes municípios estão nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano no sub-índice de Educação.

Dados do (IBGE, 2010) mostram que ainda temos 3.853.317 crianças e jovens fora da escola. Desse total, 28% estão no Nordeste e 15% no Norte (ARAÚJO, 2012). A junção da falta de políticas públicas somado com a desindustrialização do Nordeste, a falta de oportunidades e a baixa capacidade de receita e má formatação de políticas públicas para inserção de jovens no mercado, têm contribuído indiretamente para o êxodo e perpetuação das elevadas taxas de analfabetismo, como pode ser visualizado abaixo no gráfico 4, onde o pico de analfabetismo no Nordeste é o maior 22,4 entre as regiões Norte 12,7, Sudeste 6,6 , Sul 6,0 e Centro-Oeste 9,2 o menor localiza-se na região Sul com 5,7 em 2009 nos dados da PNAD 2004 e IBGE e 2009.

Gráfico 4 - Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos Brasil e grandes Regiões.

22,4



Segundo a matéria da revista de audiências públicas do senado de fevereiro de 2013 intitulada Educação: **salto de qualidade é urgente**. Ainda que os debates na comissão de Educação tenham girado em torno de modificações no sistema nacional de ensino, existe uma limitação, talvez maior que a qualidade das escolas, para que o desempenho dos estudantes melhore em um curto prazo: o baixo nível educacional dos pais.

Segundo o pesquisador do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea) e professor da Universidade de Brasília (UnB) Marcelo Medeiros, a escolaridade dos pais é o fator que mais afeta a educação dos filhos. Então, mesmo que seja feita uma revolução no sistema de ensino, afirma o pesquisador, os efeitos no desempenho dos alunos só seriam sentidos em longo prazo. Isso porque, se o governo tem algum tipo de influência sobre a estrutura escolar (motivação e qualificação dos professores, infraestrutura das escolas ou eficiência da administração) e no âmbito escolar (transporte, seleção de alunos, merenda etc.), não tem nenhum sobre a vivência que os alunos têm em casa. Ou seja, se uma localidade tiver mais pais de alunos com baixa escolaridade, tenderá a ter desempenho em educação inferior às demais, o que torna difícil reduzir as desigualdades regionais no setor, pelo menos em um curto prazo. “Tal como se encontra hoje, o sistema de ensino tem capacidades mínimas para reduzir a vinculação entre origem e destino em uma sociedade altamente estratificada”. Constata; ate por isso o investimento em educação, por ser de longo prazo, é mais urgente que os demais. Uma vez que a escola atual não consegue neutralizar o peso que a origem do estudante tem em seu aprendizado.

A escola de tempo integral seria uma das saídas possíveis para reduzir o peso da origem familiar na educação. O nível de escolaridade da mãe, geralmente menor que os dos filhos, afetam mais de perto o desempenho educacional do que os indicadores sanitários. O grande desafio é conseguir reduzir o peso da pobreza no desempenho dos sistemas municipais de educação, a renda aparece como determinante extraescolar dos resultados educacionais. Os municípios que têm 80% de pobres estão tendencialmente colocados com as notas mais baixas; e municípios que têm uma menor presença de famílias pobres têm tendencialmente um desempenho melhor (SENADO FEDERAL, 2013).

Repasses federais aos municípios como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundeb – têm impacto importante na redução das desigualdades de receita das cidades. As transferências da União para os municípios ainda não foram suficientes para reduzir o peso dos pobres na desigualdade do desempenho escolar. Abaixo segue a declaração das despesas até julho de 2013 do estado da Paraíba.

Tabela 1 - Despesas da Secretaria de Estado da Paraíba Declaradas no Setor da Educação até Julho de 2013.

Descrição	Executada
Pessoal e Encargos Sociais	384.269.846,07
Outras Despesas Correntes	82.663.415,72
Investimentos	72.726.196,37
Total Geral	539.659.458,16

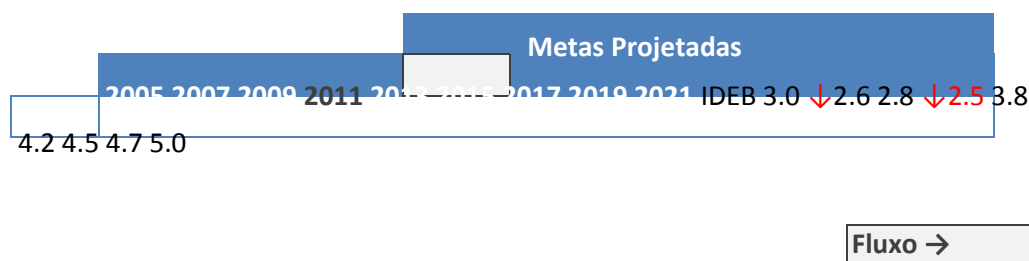
Fonte: <http://www.siaf.cge.pb.gov.br/SIAFWEBLIVRE/DespesaConsolidadaListar>

Como observado acima, a despesa total do Estado da Paraíba até julho de 2013 atingem o patamar acima de 539 milhões sem especificação por municípios, que somam o total de 223 na Paraíba. Dentro do contexto global de questões insurgentes, há a necessidade de repensar os limites do sistema educacional, mas aqui o estudo limita-se especificamente ao município de SUMÉ-PB. O presente estudo de caso levantara, além dos orçamentos, índices de mensuração do aproveitamento, capacidade da escola em imprimir e gerar resultados por meio de mecanismos como **IDEB**. Segundo o Portal IDEB; o valor do IDEB é o resultado da multiplicação entre o indicador de fluxo e o indicador de aprendizado. O fluxo, denominado na documentação técnica como taxa de rendimento, é calculado a partir das médias das taxas de aprovação nas séries de cada um dos níveis do Ensino Fundamental.

Em 2010, haviam 52.346 alunos matriculados nos municípios do Cariri, dos quais aproximadamente 56% na rede municipal e 38% na rede estadual. Do total, 80,25% estudam na zona urbana. Segundo os dados levantados em 2011 publicados no livro Instituições, Gestão Pública e Desenvolvimento Sustentável sobre o Perfil Socioeconômico e Político do Cariri Paraibano a Paraíba é o Estado com o maior número de escolas, embora o número de matriculados seja baixo. Foram também diagnosticadas estrutura deficiente e escassez de recursos didáticos.

O indicador do IDEB na escola Prof. José Gonçalves de Queiroz em 2011 foi de 2,5 como verificados abaixo da meta numa escala de zero a dez, de 5° a 8° série. (Inexistência dos dados para os anos finais do ensino médio). Abaixo segue os resultados do IDEB da escola José Gonçalves nos últimos anos e as metas para os próximos anos, percebe-se na série de anos uma oscilação que denota insuficiência nos resultados obtidos.

Tabela 2 - IDEB de 5° a 8° série da Escola Estadual Professor José Gonçalves de Queiroz

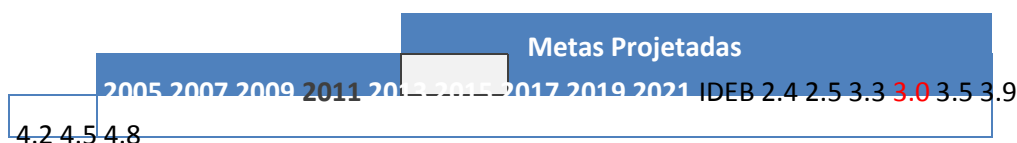


Fonte: Portal IDEB

Abaixo segue comparativamente o IDEB de outra escola estadual também no Cariri Paraibano. A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Melquiades Vilar. Na análise comparativa os índices da Escola Melquiades Vilar da cidade de Taperoá apresenta leve realce em desempenho positivo, isso em relação à Escola Estadual de Sumé. Quando selecionado o ano de 2011 das duas escolas supracitadas, observa-se uma tênue diferença o IDEB da José Gonçalves 2.5 e o IDEB do Melquiades Vilar 3.3. São exemplos destas pequenas diferenças. Contudo, no geral o desempenho de ambas as escolas surpreende e alerta, por ser considerados em patamares abaixo do mínimo deseja, existindo diferenças a considerar. Quadro alarmante em comparação com desempenho de outras Escolas no IDEB.

No entanto, apontam uma direção para ambas seguirem a superação dos baixos índices.

Tabela 2 - IDEB de 5° a 8° série da Escola E.E.F. M Melquiades Vilar.



Fluxo →

Fonte: Portal IDEB

A Escola Estadual Melquiades Vilar contém de diferente entre seus espaços físicos, 01 espaço livre, 02 laboratórios, um de informática e outro de Ciências e uma rádio no interior da escola usada pelos estudantes. Sobre orçamento disponível a direção e ao Conselho Escolar, o qual obteve-se acesso, foi apenas do PDDE da Educação básica, este situado em 23.820,00 mil reais repassados do FNDE.². Esta mesma escola atende a uma comunidade de 864 estudantes subdivididos da 6º série fundamental ao médio, curso de secretariado e o SEM (Suplência do Ensino Médio). Mesmo relativizando as semelhanças e diferenças nas realidades e nos dados, as duas escolas não apresentam em termos de IDEB grandes contrastes. Considerando é claro, que as escolas atende a duas realidades situadas em comunidades diferentes, embora estejam no contexto do cariri, há pouca ou baixa discrepância nos resultados, as duas escolas em termos de IDEB necessitam atingir a meta programada, de chegar a 6.0. Nota semelhante a dos países considerados desenvolvidos.

CAPITULO 4 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho configura-se como estudo caso, objetivando pesquisar a incidência das novas Políticas Educacionais implementadas no âmbito da Escola Prof José Gonçalves de Queiroz em Sumé. Com viés qualitativo e quantitativo através do estudo de caso em conjunto com pesquisa estatística, analisa-se a possível tendência de valorização da educação com aumento dos atuais investimentos no setor.

Se quisermos saber mais detalhes sobre a gênese e o percurso de certos programas políticos os fatores favoráveis e os entraves bloqueadores, então a pesquisa comparativa não pode deixar de se concentrar de forma mais intensa

² Não havendo outros documentos comprobatórios, declarados oficialmente pela escola, apesar de solicitado oficialmente como consta nos anexos o ofício, caso haja outros a análise se debruçara apenas sobre os dados confirmados empiricamente.

na investigação da vida interna dos processos políticoadministrativos (KLAUS FREY, 2000).

Complementa-se a pesquisa com técnica de entrevista estruturada, sua aplicação em questionário será voltada a direção da escola, 9 perguntas relacionadas somente a administração. Além do diagnóstico da administração do orçamento escolar público, o levantamento dos investimentos Federais e Estaduais como também o orçamento disponível a escola. Tem-se como objetivo detectar se há subsídios suficientes, qual o impacto das novas políticas e se há problemas nos insumos direcionados a Instituição Escolar. Se tais investimentos são escassos, se há excessos e má administração como causa do insucesso escolar. Sobre o estudo de caso segue

“Os estudos de caso se prestam quando os pesquisadores estão diante de padrões altamente complexos de causação, em que se identificam consideráveis efeitos de interação entre as variáveis de interesse, e em que o contexto importa decisivamente nesta variabilidade”. (REZENDE, 2011).

O estudo de caso seria o mais adequado quando levado em conta a heterogeneidade causal e conceitual operando simultaneamente em diferentes contextos, o estudo de caso permite descrição e compreensão intensa de variáveis contextuais. Neste estudo de caso, detectaram-se quais os novos programas e quais os resultados, as constantes reformulações no currículo escolar, as novas políticas de auxílio financeiro e novos projetos de desenvolvimento escolar. Como método de pesquisa, o estudo de caso é usado em muitas situações, para contribuir ao conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos.

Sobre as possibilidades da pesquisa de estudo de caso e seu caráter misto, qualitativo e quantitativo afirma-se a favor da desmistificação e da complementaridade dos métodos. Na mesma esteira argumentativa, (LIEBERMAN 2005; citado por REZENDE 2011) sugere que os estudos de caso desempenham papel relevante nas estratégias de integração entre os métodos quantitativos e qualitativos.

Aplicaremos a direção da escola questionário estruturado, procurando entender os problemas mais recorrentes no tocante ao olhar da administração escolar. Uma observação importante é que o método de estudo de caso não é apenas uma forma de “pesquisa qualitativa”. O estudo de caso vai além de um tipo de pesquisa qualitativa, usando uma mistura de evidência quantitativa e qualitativa. Para considerações sobre o papel do método estatístico LAKATOS argumenta.

O papel do método estatístico é, antes de tudo, fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, considerada como um todo organizado. Por exemplo, definem-se e delimitam-se as classes sociais, especificando as características dos membros dessas classes, e após, mede-se a sua importância ou variação, ou qualquer outro atributo quantificável que contribua para o seu melhor entendimento. Mas a estatística pode ser considerada mais do que apenas um meio de descrição racional; é, também, um método de experimentação e prova, pois é método de análise (LAKATOS, 2010, pg.90).

O método estatístico auxiliará a entender a dinâmica de investimentos no setor de estudo fornecendo opções interpretativas as mudanças constantes, crescentes e decrescentes de insumos, projetos e políticas públicas direcionadas aos setores educacionais. Possibilitando também um recorte histórico dos percentuais de investimentos ate a atualidade. De acordo com as determinações e delimitações do objeto de estudo segue outras considerações sobre o instrumental metodológico adotado.

Do levantamento dos (investimentos transferidos e administrados pela escola) pretendese entender através do diagnostico o quadro das condições financeiras e estruturais da escola. Pontuando a escola Professor Jose Goncalves de Queiroz SUMÉ-PB, como um importante ator institucional gerador de oportunidade para uma população abaixo de 20 mil habitantes. Propiciando aperfeiçoamento de capacidades e competências enquanto órgão de fomento de políticas públicas no cenário municipal voltado para formação educacional de jovens.

Assim o presente estudo de caso, trata-se de pesquisa do tipo descritivo, com abordagem estatística quantitativa, buscando levantar dados sobre as políticas públicas no setor educacional focando a instância dos investimentos da rede Estadual de ensino, direcionados especificamente no colégio estadual Professor José Gonçalves.

Segundo (Gil, 2010) a pesquisa descritiva além de situar e diferenciar de forma classificatória os diversos segmentos do universo social, também se propõe a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos numa dada comunidade e as condições geradas para seus habitantes. “As pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos etc.” (Gil, 2010).

Este modelo de pesquisa está fundamentada na problemática da ação institucional efetiva, focando diversos tipos de instituições, desde as educacionais, empresariais e/ou comerciais e ate mesmo partidos

políticos, pontuando como preocupação central a oferta de serviços destas instituições as suas comunidades.

Hipótese Norteadora

- ✓ Os atuais Investimentos têm impactos inclusivos socialmente e economicamente para os jovens.

De quanto tem sido os aumentos já aplicados pelo Estado da Paraíba na área de educação pública do ensino médio no município de Sumé, mas especificamente no colégio José Gonçalves? Estes investimentos refletem nas condições mínimas necessárias?

CAPITULO 5 - REVISÕES DE LITERATURA

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para entender a essência das definições conceituais de Políticas Públicas é importante entender, o que faz um problema social ser reconhecido como Público. Um problema torna-se público pelo seu caráter coletivo, por uma demanda de necessidade amplamente compartilhada pelos cidadãos no conjunto significativo da sociedade.

Contudo a Política Pública em si, é uma (Ação Institucional) voltada para preencher uma necessidade coletiva reconhecida como pública nas arenas decisórias. Segundo (SECCHI, 2010) uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante.

Deste modo, podemos interpretar a formulação de políticas públicas como fundamentada nas legítimas necessidades sociais aprofundadas na amplitude das comunidades. As políticas públicas são elaboradas com propósito estratégico de resolução de problemas presente de modo extenso, em parte considerável, da comunidade de cidadãos afetados coletivamente.

Observa-se inicialmente uma grande discrepância entre o Brasil e a sub-região do Cariri em ambas as redes de ensino, tanto no que diz respeito a infraestrutura básica quanto a disponibilidade de equipamentos.(MELO, 2011).

Como mencionado por (FORTUNATI, 2007) a aprendizagem é um fenômeno que está vinculado a inúmeros fatores da vida dos estudantes, alguns externos, outros internos à escola, além das motivações específicas de cada aluno. “Normalmente”, os alunos de famílias mais carentes ou de regiões mais pobres tendem a ter o seu desempenho prejudicado, ainda que a pobreza não seja necessariamente entrave intransponível ao saber pensar. Em famílias mais pobres, contamos com condições mais precárias de estudo no lar e, normalmente, com baixo nível cultural dos pais, o que cria verdadeiros obstáculos à dedicação aos estudos, além de existir um ambiente claramente adverso, onde a violência faz parte do cotidiano, as drogas estabelecem uma relação forte com a comunidade, as doenças infectocontagiosas fazem parte da rotina das famílias.

O Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é uma consequência de alguns fatores: 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) o Estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla boa parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente. (SECCHI, 2010).

Uma política governamental praticada por uma instância do Estado responsável pelo oferecimento amplo de políticas sociais, cumprindo sua função essencial de oferta soluções para arrefecimento de problemas de ordem social e garantir o bem estar e um futuro digno a comunidade de seu território, políticas e projetos sociais com o caráter de assegurar os interesses promovendo o bem estar coletivo. “Quando alternativas são criadas pelo poder público, as respostas aparecem com muito vigor por parte dos alunos das escolas públicas” (FORTUNATI, 2007, pág. 29).

Políticas governamentais são aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais. Dentre as políticas governamentais estão as emanadas pelos diversos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário... a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, o que define se uma política *é ou não pública* é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade

jurídica estatal ou não estatal. São os contornos da definição de um problema público que dão à política o adjetivo “público” (SECCHI, 2010).

Resolver um problema de ordem coletiva fundamentada numa importância social, numa necessidade pública, detectada como problema relevante pelos atores políticos propondo estratégias a curto, médio e longo prazo em direção a solução por meio de investimentos pontuais, por uma diretriz política que perpassa o diagnóstico, a decisão e a implementação direta de ações na realidade social.

Para um problema ser considerado “público” estes devem ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas. Em síntese, um problema só se torna público quando os atores políticos intersubjetivamente o consideram problema como situação inadequada, e pública, como relevante para a coletividade (SECCHI, 2010). Segue abaixo uma definição direta do que seja uma política pública e a identificação de um problema público, assim adotaremos a conceituação de SECCHI sobre problemas públicos quando exemplifica

Um problema é a discrepância entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Um problema público é a diferença entre o que é e aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Um problema público pode aparecer subitamente, por exemplo, uma catástrofe natural que afeta a vida de pessoas de determinada região. Um problema público também pode ganhar importância aos poucos, como o congestionamento nas cidades ou a progressiva burocratização de procedimentos e serviços públicos. Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como o caso da favelização das periferias das grandes cidades. (SECCHI, 2010, pg 34).

Com base na definição supracitada, categorizando o problema público, como um problema coletivo e sabendo que a política pública é uma ação governamental que objetiva resolver um problema coletivo. Podemos agora com alguma segurança definir alguns problemas como público. Partindo da problematização de ampliação do entendimento dos problemas sociais ditos públicos, apontado como de natureza coletiva. Desde a Educação no geral em todos os níveis, há problemática da Seca e desindustrialização do Nordeste, a Corrupção e mesmo a reclusão de jovens sem oportunidades ao desenvolvimento humano. Entre outros fenômenos que afetam direta e indiretamente a vida das mais diferentes regiões e comunidades também de forma ampla e coletiva. O que comprova, digamos uma constante demanda de políticas públicas nos diversos setores sociais.

Realça (FORTUNATI, 2007) a má utilização dos recursos públicos não ocorre somente por meio do histórico desvio dos recursos para o atendimento dos interesses privados. Consolidando

a visão de Estado patrimonialista reinante entre nós desde o descobrimento do Brasil., mas também pela sua péssima aplicação em cada caso concreto, pois o resultado leva ao estrangulamento do Estado com o passar do tempo. Na citação abaixo (RAMOS, 2010) evidência a importância de superar velhas dicotomias e ideologias, digamos, em descompasso com a real necessidade de desenvolvimento social dos jovens.

“Um projeto de ensino médio integrado ao ensino técnico tendo como eixos o Trabalho, a Ciência, e a Cultura, deve buscar superar o histórico conflito existente em torno do papel da escola, de formar para a cidadania ou para o trabalho produtivo e, assim, o dilema de um currículo voltado para as humanidades ou para a ciência e tecnologia.”. (RAMOS, 2010, pág. 106).

Um outro projeto de sociedade exige recolocar o foco do projeto educacional sobre os sujeitos e os conhecimentos que permitem compreender e transformar a realidade em que vivem. Neste projeto encontram-se também a formação profissional, posto que a compreensão e a transformação da realidade implica a capacidade de produção social da existência, que inclui a ação técnica, política e cultural. É sob essa perspectiva que discutiremos a possibilidade e o desafio de organização do conhecimento num projeto pedagógico que integre trabalho, ciência e cultura nos planos da formação geral e profissional. (RAMOS, 2010, pág. 112).

Não é difícil vislumbrar em nossas escolas “*efeitos de poder*”, no sentido de que, em vez de contribuírem para a emancipação popular, persistem na reprodução da massa de manobra. Esse tema pode ser aplicado às políticas sociais em geral: ao contrário de fomentarem processos emancipatórios, cultivam, através de incontáveis assistencialismos, a miséria, na medida em que tornam a população dependente de benefícios que não são só ínfimos, mas, sobretudo, imbecilizantes. (DEMO, 2002, pg 45).

Outro autor consegue sintetizar a essência de um novo projeto de sistema educacional quando afirma. Nosso objetivo não é sobretudo, a formação de técnicos, mas de pessoas que compreendam a realidade e que possam também atuar como profissionais. A presença da profissionalização no ensino médio deve ser compreendida, por um lado, como uma necessidade social e, por outro lado, como meio pelo qual a categoria trabalho encontre espaço na formação como princípio educativo. (RAMOS, 2012, pg 125).

[...] mais diretamente em relação aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de

como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais (SOUZA, 2006). Frisa-se o caráter da incipiência das democracias, e do respeito aos direitos civis ainda em ampliação, destaca-se ainda os obstáculos políticos para formação de consenso que viabilizem a formatação de políticas públicas que objetivem ampliar a inclusão econômica e social da população.

De forma epistemológica sobre a definição de sociedade do conhecimento, (DEMO, 2010) argumenta ser o conhecimento característica das sociedades de forma geral em todos os tempos.

“Nossa atual sociedade não é apenas sociedade do conhecimento, porque todas as sociedades humanas sempre foram muito marcadas por essa propriedade. Seria melhor usarmos a terminologia *sociedade intensiva de conhecimento*.” (DEMO, 2010). Ou seja, na sociedade intensiva de conhecimento este passa a ter alto valor agregado pela relação direta da pesquisa voltada para a inovação. A inovação como promotora de tecnologias com alto valor agregado no mercado da economia global, no mercado da economia do conhecimento.

Observa-se a intensificação no cenário contemporâneo da recente globalização, que vem centralizando a Educação como estratégia de qualificação e de desenvolvimento econômico num contexto de acirrada competitividade econômico internacional. Nestas circunstâncias o conhecimento é a mais valiosa tecnologia.

CAPITULO 6 - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumental de coleta dos dados serão primeiramente, os dados de investimentos em novos projetos no setor educacional. Num segundo momento serão coletadas informações pela técnica de entrevista com questionário estruturado. A entrevista constará com perguntas que visam diagnosticar nas respostas as principais dificuldades sentidas pela direção escolar.

Complementando a leitura dos gráficos e percentuais de investimentos.

Problematizando em lócus a realidade vivenciada diariamente pelos diretores, na procura por entender os reflexos das novas políticas educacionais na comunidade escolar. Sobre o tratamentos dos dados, estes serão distribuídos em gráficos com representações estatísticas que demonstram os percentuais, as tendências, a divisão e a oscilação de investimentos.

Representando o orçamento disponível destinado de modo geral para a educação e para cada sub-função da educação pública. Possíveis déficits, má gestão/aplicação dos insumos

ofertados pelo poder público ou ainda insuficiência e/ou excessos mal direcionados. Políticas públicas bem equacionadas são de fundamental importância à estruturação da escola básica e de outros espaços que gere oportunidades concretas aos jovens.

Já sobre o procedimentos de coleta de dados; os dados serão coletas de varias fontes oficiais entre elas, 01 - Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola José Gonçalves, 02 - Da

Secretaria Regional/ 5º Região de Ensino, 03 – Do Orçamento Federal e Orçamento Estaduais destinados por Lei em Projetos e Políticas Públicas. O orçamento administrado pela escola, se possível em série, últimos anos.

Alguns dados e gráficos foram extraídos de fontes dos sites do Portal da Transparência Federal outros serão solicitados por requerimento, coletados em lócus no contexto interior a administração escolar, onde será também aplicado questionário com perguntas abertas e estruturadas.

CAPITULO 7 - ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS GERAIS

Os dados e o estudo ora apresentado é voltado para identificar padrões de implementação de políticas escolares em âmbito local, como também identificar a promoção de estratégias de inclusão econômica e social. Visando entender a formação dos diferentes sujeitos com direito a isonomia de oportunidades de inclusão com papeis na sociedade, por meio de políticas públicas.

Buscando entender o acesso os vários aspectos da vida social, desde a dimensão política, cultural, ambiental, social, tecnológico, profissional e econômico, por que não dizer pela sustentabilidade social da educação.

Procura-se aqui mensurar a importância desse conjunto de políticas públicas no universo escolar, suas adaptações ao novo paradigma do conhecimento, na era da comunicação e da informação em tempo real. Parte-se do pressuposto de que estas transformações vêm exigindo mais da escola e dos profissionais envolvidos em Políticas Públicas para Educação.

Sobre o Projeto Político Pedagógico de 2012 da Escola Professor José Gonçalves no 5º tópico, seção da dimensão financeira, a escola conta ou contou com recursos advindo do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Federal e do PDDE Estadual com a implantação do Ensino Médio Inovador. Em consonância com novo projeto de escola e de desenvolvimento

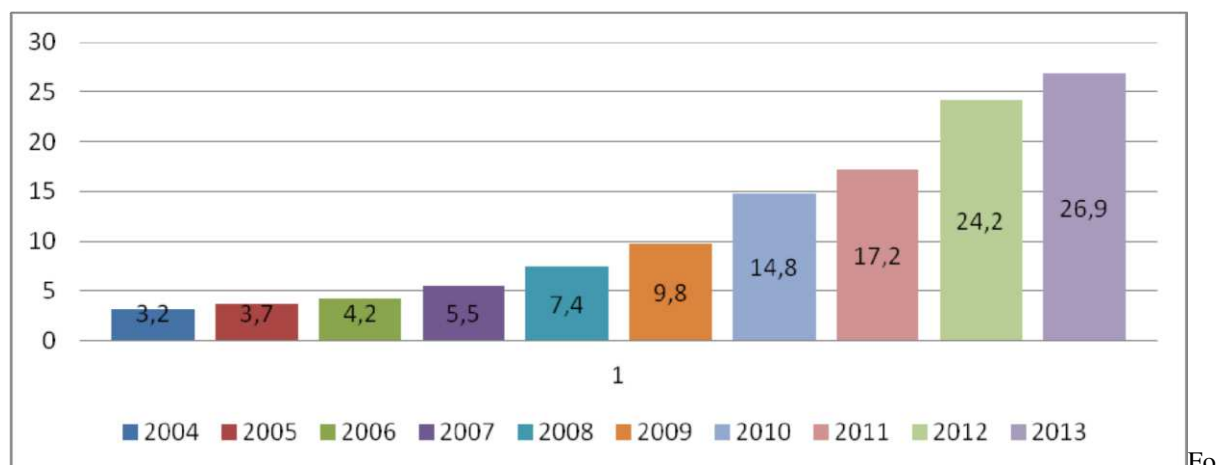
social, como explicitado no portal do mec, o objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea.

De acordo com seção da dimensão financeira do projeto político pedagógico sobre o PDD a aplicação dos recursos traça-se num plano de ação a partir de uma assembleia ordinária (alunos, pais, funcionários), cujas prioridades são eleitas mediante as necessidades da escola. Já a verba do Ensino Médio Inovador é empregada a partir do Plano de Reestruturação Curricular (PRC)³. Os projetos de reestruturação curricular possibilitam o desenvolvimento de atividades integradoras que articulam as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, contemplando as diversas áreas do conhecimento a partir de 8 macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Iniciação Científica e Pesquisa; Cultura Corporal; Cultura e Artes; Comunicação e uso de Mídias; Cultura Digital; Participação Estudantil e leitura e Letramento.

No caso dos municípios, ente federado responsável pelo provimento da maioria das matrículas públicas, a participação dos recursos repassados pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) no montante das receitas correntes é de apenas 12,8%. Assim, mesmo que tenha ocorrido melhoria dos efeitos de diminuição da desigualdade regional com a transição de Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) para o atual Fundeb, esta melhoria deve ser relativizada.

A manutenção de uma estrutura tributária injusta, em termos regionais, se não anula, diminui os efeitos na direção da equidade que a política de fundos representa (ARAÚJO, 2012). Segue abaixo o gráfico 4 com os investimentos federais em série de anos, desde 2004 em que os investimentos declarados ficam em 3,2 bilhões, 2005 com leve aumento, 2006 segue tendência de valorização, em 2007 atinge-se 5,5 bilhões, em 2008 7,4 bilhões. Já em 2009 chagam há 9,8 bilhões as transferências federais, 2010 quase 15 bilhões, 2011 chega a 17,2 bilhões, em 2012 como visto no gráfico está declarado o patamar de 24,2 bilhões e hoje na metade do ano 2013 com dados de março deste ano, realça em serie o investimento que já chega há 2,7 bilhões. Observe a evolução de gastos no setor no gráfico abaixo exemplificando a tendência de aumento.

³ http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1038&id=13439&option=com_content&view=article

Gráfico 5 - Transferências Federais na Função Educação em série de anos 2004 a março de 2013.

Fonte: (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/transferenciasporfuncao/>).

A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006). Veja abaixo a tabela 2 que distribui por sub-função os investimentos de 2012 direcionados a Educação na categoria ensino Profissional 307 milhões. Para o Ensino Superior mais de 107 milhões em 2012. Para a Educação de Jovens e Adultos os investimentos situam-se 437.669.222,14 milhões. Os dados do Portal da Transparência sobre as transferências declaradas no ano de 2012, especificamente para educação básica ficam entre, 14.726.528.952,09 bilhões de reais, já os investimentos declarados do governo federal no ano 2012 voltado para o ensino médio são de 1.473.764, 98 milhões de reais, com dados atualizados até março de 2013. Não foram encontrados dados de governos anteriores, no entanto foi detectado um aumento considerável dos investimentos na ultima década, embora possamos contestar a eficiência nos altos gastos e nos resultados obtidos.

Tabela 3 – Distribuição das transferências federais em bilhões por subfunção na educação em 2012.

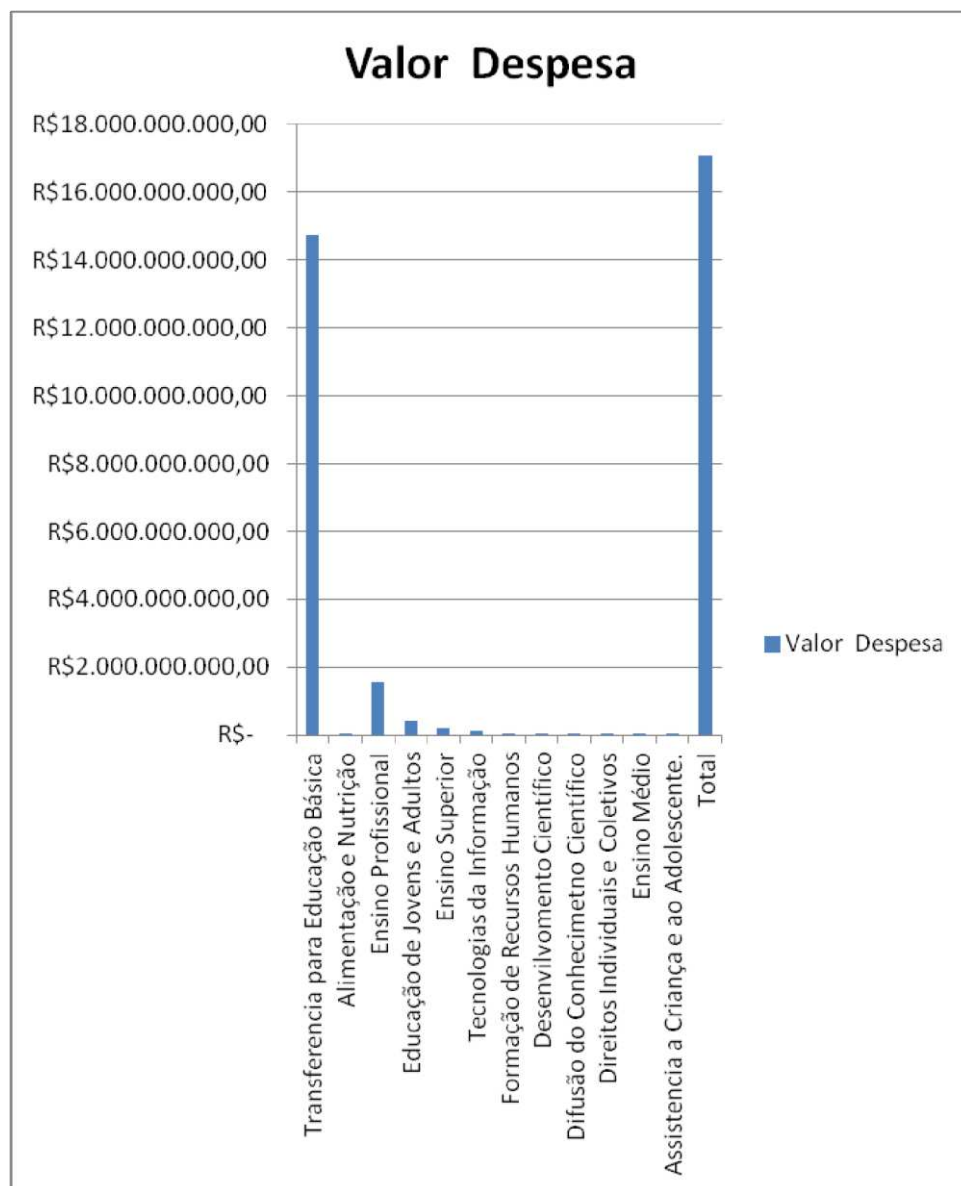
Subfunção	Valor Despesa
Transferências para Educação	R\$ 14.726.528.952,09
Básica	

Alimentação e Nutrição	R\$	3.306.504,24
Ensino Profissional	R\$	1.551.945.957,97
Educação de Jovens e Adultos	R\$	437.669.222,14
Ensino Superior	R\$	193.583.175,02
Tecnologias da Informação	R\$	111.000.000,00
Formação de Recursos Humanos	R\$	33.671.128,52
Desenvolvimento Científico	R\$	12.370.008,18
Difusão do Conhecimento Científico	R\$	4.160.649,00
Direitos Individuais e Coletivos	R\$	1.622.292,36
Ensino Médio	R\$	1.473.764,98
Assistencia a Criança e ao Adolescente.	R\$	597.037,05
Total	R\$	17.077.928.691,55

Fonte: (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/transferenciasporfuncao/>).

Acima as categorias distribuídas por função, entre diferentes políticas educacionais e despesas por área, no caso, para o Ensino Médio no ano de 2012 é situado investimentos de 1.473.764,98 milhão. O Total do rol de investimentos entre as áreas somadas situa em mais de 17.077.928.691,55 bilhões. Agora, quando selecionamos áreas específicas, e dispomos em gráfico de tendência com os investimentos apresentados também por área, observa-se a concentração de investimentos em detrimento de outras áreas, observe abaixo a ausência e a concentração de recursos nos itens selecionados. O gráfico abaixo em bilhões, resume algumas áreas selecionadas da tabela acima, refletindo a concentração, a ausência e a baixa de investimentos em áreas fundamentais.

Gráfico 5 - Transferências Federais por Subárea em bilhões.



Fonte: (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/transferenciasporfuncao/>).

Há concentração das transferências para educação básica, no geral relativamente pouco investimento no Ensino Profissional, como detectado acima em comparação com a educação básica. Tecnologias da informação e Desenvolvimento científico são gastos inexpressíveis nessa comparação.

OUTROS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Dados do Perfil dos Municípios Brasileiro (IBGE, 2009) sobre o Município de Sumé apontam a inexistência de plano Municipal de Educação, de Conselhos Escolares, mas vinculado ao sistema estadual de educação. Ainda de acordo com o Censo Demográfico: Educação Amostra (IBGE, 2010) a

Paraíba têm população total residente de 3.766, 528 milhões. População jovem residente, de 15 a 19 anos chega a 352, 858 mil. Já a quantidade total de matrículas 2013 da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Jose Gonçalves de Queiroz são de 784 alunos, destes 107 são oriundos das zonas rurais do município (dados solicitados à própria escola). Segue abaixo outros dados relevantes coletados em âmbito local pela pesquisa no estudo de caso, referente à E.E.E.F e Médio Professor José Gonçalves de Queiroz.

A primeira informação recolhida no dialogo com a direção administrativa da escola é sobre a mudança recente na gestão administrativa e a consequente ausência e inexistência de dados em série de anos dos gastos anteriores, constatação feita quando da solicitação de informações a própria escola. Esta informação limita-nos a analisar os dados quantitativos dos programas recentemente implementados, e o caráter destas novas políticas. Esta mudança administrativa vem acompanhada por um conjunto maior de transformações no cenário escolar, pois as transformações ultrapassam a eclosão de reformulações no currículo, nos programas escolares, nos investimentos e na própria necessidade de reestruturação física do espaço escolar, como detectado no questionário aplicado a direção.

Análise das Respostas ao Questionário

Questionário aplicado a diretora em exercício Josefa Leinete Ferreira de Lima sobre, (os questionários com 09 perguntas pode ser visualizados nos Anexos). O quadro abaixo resume as respostas colhidas dentro do cenário escolar na ida a campo para levantar evidências.

Percepção da Diretora Sobre as Condições da Escola

Perguntas	Respostas
1 - Sobre o principal problema atual?	1 - Infraestrutura da parte elétrica e hidráulica
2 - Sobre recursos e as necessidades?	2 - Não estão de acordo com as necessidades reais
3 - Onde há necessidade de maiores investimentos?	3 - Infra-estrutura escolar
4 - Sobre os problemas recorrentes (mais comuns) na administração?	4 - Faltam recursos na infraestrutura, atraso no repasse de informação por parte das instâncias superiores.

5 - Sobre má aplicação no orçamento?	5 - Não, porque é feito de acordo com as decisões do orçamento democrático.
6 - Há problemas que a direção não consegue solucionar?	6 - Sim. Correção nos vencimentos de funcionários, infraestrutura.
7 - Quais seriam as possíveis soluções para tais problemas?	7 - Repasse de verbas diretamente para o conselho escolar p/ ser aplicada de acordo com a necessidade e realidade da escola.
8 - Sobre capacitação dos funcionários p/ atuarem na escola?	8 - Alguns sim. O quadro de professores é composto por profissionais habilitados.
9 - Quanto aos funcionários se sentem capacitados ao desempenho dos cargos?	9 - Sim.

O questionário⁴ possibilitou uma aproximação rápida das questões e limitações práticas vivenciadas pela direção escolar. É recorrente no diagnóstico tanto da literatura sobre políticas públicas como na pesquisa empírica a ênfase dada à falta de insumos em relação a real necessidade e a inadequação da estrutura escola, como necessidade de reestruturação em áreas apontadas no questionário como a infraestrutura e hidráulica. Os insumos aparecem dentro dessa lógica, como não estando de acordo com a real necessidade, dado que permanecem problemas estruturais.

Na questão 04 é apontado o atraso no repasse de informações por parte de instâncias superiores denotando falha nos mecanismos de comunicação interinstitucionais. Os recursos aparecem como geridos por decisões da comunidade pelo OD (Orçamento Democrático). O repasse das verbas diretamente ao conselho escolar aparece como solução adequada para a direção, ênfase dada a aplicação em simetria com a particularidade do contexto e realidade escolar. Contudo, o quadro geral do diagnóstico apresenta na problemática escolar concentração entre falha na infraestrutura e falta de recursos equacionados com a demanda das necessidades reais. Necessidade não atingida pelas políticas educacionais em implementação.

Sobre os Repasses a Escola

⁴ O questionário referente à Escola Melquíades Vilar, não foi devolvido pela direção no prazo estabelecido de um mês, como solicitado no ofício.

De acordo com as técnico-administrativas Teresa Cristina e Mauricelia da referida escola pública, as quais me repassaram o extrato das transferências do FNDE onde estão subscritos os respectivos valores executados em 2012. PDDE Fundamental valor total de 7.064,40. PDDE Ensino Médio valor total de 4.542,60. Mais o PDDE Médio Inovador no valor de 56.000,00.

Somado a estes a escola recebe o repasse de recursos do programa **Mais Educação para o ensino fundamental em 2012 ficaram** em 30. 444,60 mil gastos de acordo com orientação do FNDE entre 06 oficinas que vão desde a dança, letramento digital, capoeira, teatro, música objetivando a diversificação do currículo (dados atualizados em 30/04/2013 as 09:19 da manhã.

Juntos todos os programas chegam ao total a 98 mil reais. De acordo com relato de Teresa Cristina o conselho escolar realiza o orçamento democrático, onde a comunidade escolar e local discute e define como o recurso será gasto, tudo registrado em ata. Na ausência de documentos oficiais as técnicas-administrativa relatam oralmente e por escrito que a escola recebe também; 25. 240,00 mil do PNAE anualmente divididos em 10 parcelas para merenda escolar. Mais 75, 500 mil para o almoço pelo programa ensino médio inovador ano de 2013, projeto em que os alunos permanecem na escola em tempo integral, o valor é dividido anualmente em 10 parcelas.

Entre todos os recursos a escola presta contas mensalmente da merenda e anualmente dos PDDE. (Os documentos oficiais dos investimentos relatados podem ser visualizados nos anexos). A soma da declaração oficial por investimentos executados em 2012 e atualizados até 30/04/2013 somam o total de 98.0516 mil reais em recursos repassados diretamente a escola. Ficam excluídos deste cálculo os investimentos do PNAE os quais foram repassados de forma apenas oral, sem comprovação por documento oficial. Muitas dessas verbas vêm com prescrições onde deve ser gastos, com que material e mesmo preços e licitações determinados, o que deixa pouca margem de investimentos em outras necessidades escolares não inclusas nos projetos e nas políticas públicas que deixam a desejar.

Estes dados de investimentos financeiros resumem os orçamentos disponíveis para despesas na escola José Gonçalves, denotando o potencial da instituição educacional em promover e imprimir resultados em termos de mudanças e adaptações do contexto escolar.

CAPITULO 8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente a realidade contextual contemporânea evidência a necessidade de investimentos estruturais, assim como a pesquisa de campo detectou. Por mais que o cenário atual seja de

intensas transformações no papel escolar, essa intensa mudança resultou num impedimento de determinar se a escola cumpre seu papel em formar capacidades e habilidades juvenis para o mercado das oportunidades.

Contudo, as mudanças denotam a procura por um novo padrão na relação do ensino aprendizagem com o futuro dos jovens e da sociedade. Quanto à resposta se há resultados socialmente e economicamente inclusivos para os jovens, só será possível em pesquisas futuras que procurem captar o elo entre escola e mercado de trabalho para jovens estudantes.

Quanto à formação e capacitação de novas competências e habilidades para entrada no mundo profissional, as recentes reformulações no currículo com política de tempo integral, a inclusão da dança, do teatro, do esporte, da capoeira e do letramento digital dinamizam e flexibilizam o currículo, toda via não surgem com caráter diretivo às questões profissionais, mas sim ao lazer, diversificação do currículo e entretenimento escolar.

Os dados permitem tais conclusões. Detecta-se a relação entre os investimentos, às aplicações e a eficiência em descompasso com a necessidade de oportunidades de capacitação, infraestrutura e resultados sociais de inclusão econômica. Conclui-se que os investimentos não refletem nas condições mínimas necessárias.

Para além da limitação material e estrutural, um passo imprescindível não detectado pela pesquisa a priori, seria romper a mera reprodução e memorização de conhecimentos, para um contexto de pesquisa e produção de conhecimento. Bem como de sua socialização entre as escolas básicas, promovendo uma dinâmica de troca de experiências, mas esta figura apenas como sugestão.

Os aspectos coletados na realidade empírica denotam a verossimilhança da literatura sobre políticas públicas no Brasil. O diagnóstico da literatura e os dados obtidos, exclui o Brasil contemporâneo dos líderes mundiais no ranque da inovação. Perdendo cada vez mais posições no novo padrão comercial de desenvolvimento global pautado pela economia do conhecimento, onde educação e ciência é o fundamento do domínio da pesquisa e da própria inovação.

Há má formatação das políticas públicas de acordo com os contextos locais, determina em grande medida, a ineficiência e ou baixa capacidade destas em maximizar resultados satisfatórios para formação dos jovens. (Somado a incapacidade dos agentes escolares, na maioria dos casos caem de paraquedas por indicação de padrinhos políticos, sendo antes seus cabos eleitorais, o que não é o caso da escola pesquisada em Sumé).

A economia do conhecimento aparece como determinante na competitividade internacional e na economia de oportunidades. A ausência de oferta de políticas públicas com ênfase dada ao Nordeste determina ainda os altos índices de êxodo e maior exclusão social dos jovens do Cariri e de todo o Nordeste. Os atuais Investimentos têm impactos mínimos em relação à inclusão econômica dos jovens no contexto local do estudo de caso. Entretanto verifica-se uma intensa adoção, formulação e reformulação de políticas para o contexto escolar, o qual vem aumentando sua importância social e governamental.

Por mais que as ações institucionais não reconfigurem a realidade de outro modo, diferente do já conhecido e estudado pela literatura educacional brasileira. A investigação da dinâmica de implementação de políticas públicas em educação no município de SUMÉ-PB, e as recentes transformações por mais que se apresentem como mínimas e insuficientes perante a profunda problemática da realidade escolar.

Estas transformações por meio de programas e políticas públicas, noutra momento são de fundamental importância na busca do papel e função da escola que almeja a construção de um novo projeto de sociedade, com aprimoramento das capacidades humanas, de um conhecimento útil à dignidade humana, a garantia dos direitos a oportunidades.

A ausência de políticas públicas efetivas denuncia na atualidade a necessidade do país executar as grandes reformas, desde Educação, Agrária, Fiscal, Tributária e Política. Embora a visível aceleração atual das reflexões nos mais variados campos no saber na sociedade aponte apenas uma tendência a qual não sabemos se será efetivada pela elaboração concreta de políticas públicas.

PESQUISA PRELIMINAR; LEVANTAMENTO DE FONTES DE DADOS.

Portal da Transparência Brasil. Solicitação de informação pública a 5º região de ensino da Paraíba. Solicitação a administração da Escola Prof. José Gonçalves de Queiroz. Pesquisa em sites oficiais.

APÊNDICE - Roteiro de Entrevista – com 9 perguntas abertas a serem aplicadas a direção das escolas.
Perguntas;

- 01 - Qual o principal problema enfrentado atualmente pela direção?
- 02 - Os insumos destinados à escola são suficientes?
- 03 - Há necessidade de maiores investimentos?
- 04 - Há problemas de má aplicação do orçamento escolar?
- 05 - Quais os problemas mais comuns na administração?
- 06 - Há problemas que direção não consegue solucionar? Cite alguns.
- 07 - Quais são as possíveis estratégias e soluções para tais problemas?
- 08 - Os funcionários se sentem capacitados?
- 09 - Os funcionários foram capacitados para atuação em um novo projeto escolar? Comente.

Taperoá, 27 de setembro de 2013 Ofício

nº 01/2013 Ref.

Solicitação de Dados de Investimentos na Educação.

A Direção da Escola Estadual E. E Melquiades Vilar Taperoá-Pb.

Saudações, meu nome é George Soares, estudante Universitário concluinte do curso de Ciências Sociais da UFCG-Sumé - PB. Estou Pesquisando Políticas Públicas na Educação, especificamente a Dinâmica de Investimentos na educação básica, em especial no ensino Médio do setor Estadual. Venho por meio deste solicitar, se disponível, em série anos, dados de investimentos no sector Educacional referentes a escola estadual Melquiades Vilar. Os dados solicitados são referentes as novas políticas educacionais implementadas como PDDE, Fundamental e Médio, Mais Educação PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Solicito para poder concluir as comparações do estudo de caso para fundamentação da Monografia com a análise dos dados. Desde já agradeço e espero retorno. Os dados solicitados são de acordo com a pesquisa no sector, em relação ao ensino médio. Mais especificamente na Escola Estadual E. E Melquiades Vilar Gonçalves em relação à vinculação de novos projetos e investimentos quantitativos no setor e o números total de estudantes matriculados tanto da zona urbana como da zona rural.

Att, George Soares

Número 83 99486806

E-mail; george_tap@hotmail.com
Ou soaresgeorge3@gmail.com

Certo do deferimento do pedido, aguardamos colaboração.

Atenciosamente

George Soares

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Luiz. **O federalismo, os fundos na educação e a diminuição das desigualdades.** Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 49-63, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

ARRETCHE, Marta T. S. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil.** Rio de Janeiro : Editora FGV ; Editora Fiocruz, 2012. 232p.

ARISTÓTELES, In **Política**. 5ª Edição 2001. Tradução de Politikón de Pedro Contantin Tolens. Editora Martin Claret.

IDHM, Educação 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013** (PNDU). Disponível em; www.atlasbrasil.org.br. Acesso em; 30/07/13.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais**.

Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf> >. Acesso em: 30 jul. 2013.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. **A Atuação do estado no desenvolvimento recente do nordeste**. – João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2007.

CONAE - **Conferência Nacional de Educação**, 2014.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Custo Aluno-Qualidade Inicial e Planos de Educação: desafios e conceitos: Acessado em 14/07/2013. Disponível em; <http://www.deolhonosplanos.org.br/tag/caqi/>

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. – 14 ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

DEMO, Pedro. **Sociologia da Educação**: sociedade e suas oportunidades. – Brasília: Plano Editora, 2004.

Em Discussão. **Educação: Salto de qualidade é Urgente**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 4 – Nº 14 – fevereiro de 2013.

Em Discussão. **Inovação**. Revista de audiências públicas do Senado Federal. Ano 3 - Nº 12 – Setembro de 2012.

EVANGELISTA, Rosana da Cruz. **Federalismo e educação**: Um pacto a se rever. Agosto de 2012. Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 6, n. 10, p. 65-78, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

FORTUNATI, José. **Gestão da Educação Pública**. – Porto Alegre : Artmed, 2007.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil**. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa**. – 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IOSCHPE, Gustavo, **O que o Brasil quer ser quando crescer?** 1ed. _ São Paulo : Paralela, 2012.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus, **Modernidade e modernidade tardia**. Scielo Books. Editora Unesp. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884-05.pdf>>. Acesso em: 03 de Julho de 2013.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **fundamentos de metodologia Científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Melo, Clóvis Alberto Vieira de. Soares Kelly Cristina Costa. **INSTITUIÇÕES, GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** – Perfil Socioeconômico e Político do Cariri Paraibano. Editora Nossa Livraria – Recife, 2011.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA; Disponível em: (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/graficos/transferenciasporfuncao/>). Acessado em; 20/04/13 e atualizado em 02/07/2013.

PISA (filme). CNI (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA). SESI (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA). 2011.05:30 mim. Som. Colo. 16 mm (série didática).

POPKEWITZ, Thomas. A Reforma como Administração Social da Criança: a Globalização do Conhecimento e do poder. In: Torres, Carlos Alberto (org.). **GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: Perspectivas Críticas**. – Porto Alegre : Artmed Editora, 2004.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**.

In:FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. 2ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REZENDE, Flávio da Cunha 2011. **Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada**. Revista Brasileira de ciência política, nº6. Brasília, julho de 2011, pp. 297-337.

Perfil dos Municípios Brasileiros, 2009. Acesso em; 30/07/13. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/munic2009/ver_tema.php?tema=t6_1&munic=251630&uf=25&nome=Sum%C3%A9

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) Disponível em;

<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>. **Acessado em;** 30/03/2013

SECCHI, Leonardo **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. – São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução Ana Thorell ; revisão técnica Claudio Damascena.- 4º ed. –Porto Alegre : Bookman, 2010.

ANEXOS

Imagens e documentos oficiais; PPP, PDDE , tabelas, projetos, políticas públicas, orçamentos, etc.



Fonte: http://escolaestadualdesume.blogspot.com.br/2011_11_01_archive.html

APÊNDICE**Formulário De Categorias** (dados secundários).

Formulário de Categorias	
Políticas Públicas	Juventude
Orçamento por área/sub-funções	Economia do Conhecimento
Ensino Médio	Economia de Oportunidades
Básico	Massificação da Pesquisa
	Democratização do Conhecimento
Orçamento dos programas/projetos e Políticas Públicas da Escola.	
PDDE/ Federal	
PDDE/Estadual	
ProEmi	
Total de Investimentos	